

Zélia anuncia que déficit público acabou

O Governo envia hoje, ao Congresso, o projeto de lei de revisão orçamentária, com o resultado das contas públicas apontando para o fim do déficit no setor. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anunciou que está previsto para o exercício um superávit de 1,22 por cento, resultado da política fiscal que permitiu um esforço de 10,37 por cento do Produto Interno Bruto, estimado para o ano em 420 milhões de dólares, cairá de oito por cento do PIB para 4,2 por cento.

Mesmo não cumprindo a meta anunciada, de dois por cento de superávit, a equipe econômica tem razões de sobra para garantir que "o Governo fez sua parte", segundo o secretário nacional de Política Econômica, Antônio Kandir. Foi anunciado, também, que está estimado o pagamento antecipado de 8,1 milhões de dólares da dívida a vencer em 1991, o que contribuirá para a diminuição sistemática dos encargos previstos.

O déficit público era o calcanhar de aquiles do Governo no processo inflacionário, estimado no exercício anterior em dez por cento do PIB. Eliminá-lo, segundo Kandir, não significa

que foi tudo pago, e sim que as contas agora fecham, de acordo com metodologia estabelecida pelo Fundo Monetário Internacional. Isso faz com que os economistas tenham números para apresentar aos credores internacionais, na hora de renegociar a dívida externa. A melhor notícia em tudo é que o déficit foi debelado sem que o Banco Central emitisse uma única LFT. A dívida pública, pela primeira vez, deixou de ser rolada, passando a ser amortizada com recursos do Tesouro, disse Roberto Figueiredo, diretor do Tesouro Nacional.

"O desequilíbrio nas contas públicas não poderia ser debelado de forma simplista", afirmou o secretário executivo do Ministério da Economia, Eduardo Teixeira. Ele explicou que a queda da dívida pública foi conseguida a nível de projeções, como consequência de uma série de fatores, onde pesou mais o esforço fiscal. Redução de despesas de custeio, reforma administrativa, alongamento do perfil da dívida interna e ampliação da arrecadação do Imposto Sobre Operações Financeiras foram os principais. Mesmo com as pressões do déficit das estatais, que foi o único item a pesar desfavora-

velmente no resultado das projeções, apresentando um déficit de 0,66 por cento do PIB, o resultado será alcançado.

O Governo espera, ainda, projetar os efeitos de sua política fiscal e monetária em 1991, através de uma agilização nos processos de privatização, ampliação da reforma administrativa, e já anuncia que o superávit tenderá a crescer, independentemente de índices inflacionários. Teixeira explica que, em virtude de as projeções apontarem principalmente o esforço fiscal como causa da queda do déficit, se os índices crescerem haverá um crescimento correlato da arrecadação diminuindo esses efeitos.

Todos os cálculos efetuados tomam por base um crescimento do PIB em zero e uma inflação, também, zero. Segundo Antônio Kandir, caso ocorram, os impactos inflacionários, viriam primeiro sobre a dívida, sendo seguidos pelos de uma retração do PIB. Ele considera, portanto, que os números apresentados ontem não dependem do comportamento dos índices daqui para a frente. Mesmo o déficit das estatais esteve abaixo do previsto em exercícios anteriores, que foi de 9,15 por cento.

RONALDO OLIVEIRA



Zélia anunciou que o superávit projetado para o fim do ano resulta de um esforço fiscal equivalente a 10,375 por cento do PIB